

# **A VOLTA DO BRASIL À MESA: A RETOMADA DA UTILIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENQUANTO INSTRUMENTO DE AÇÃO AFIRMATIVA**

Beatriz Helena Pastre<sup>1</sup>  
Clara Mendonça Saliba<sup>2</sup>  
João Vitor Santos Melo<sup>3</sup>

## **RESUMO**

O ensaio investiga se na Política Externa Brasileira (PEB) do governo Lula III se encontram ações afirmativas de cunho antirracista, anti-imperialista ou decolonial. Para tal, parte-se das constatações da diplomata Irene Gala (2007) sobre a PEB dos governos Lula I e II no estreitamento das relações bilaterais entre Brasil - África. Também são analisados o projeto de governo, o PPA 2024-2027 e inúmeros discursos oficiais do presidente. Conclui-se que a PEB do novo governo desempenha ações afirmativas especialmente ao pautar a maior inserção institucional dos países periféricos na governança internacional, via defesa de reformas estruturais nas maiores instâncias da diplomacia global.

**Palavras-chave:** Economia Política Internacional; Política Externa Brasileira; Ação afirmativa; Estudos decoloniais.

**Área temática:** 6. Transformações geopolíticas

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup> Mestranda em Teoria Econômica na Universidade Estadual de Campinas.

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas.

## INTRODUÇÃO

Os dois primeiros mandatos do presidente Lula são marcados por diversas singularidades e rupturas. Em primeiro lugar, é talvez o primeiro governo de ascensão popular disposto a de fato construir um diálogo com a população e com os movimentos sociais. Fator este decisivo para inclusão do continente Africano nos interesses da Política Externa Brasileira (PEB). Em segundo lugar, sua eleição vai na contramão do movimento econômico mundial. Desde a crise da dívida na década de 1980, há uma forte intensificação do neoliberalismo e das políticas de austeridade baseadas no corte de gastos públicos e redução das políticas sociais. Lula, por sua vez, se elegeu com a promessa de um aumento do gasto público e da formulação de políticas de amparo social e de transferência de renda.

A escolha da sociedade por Lula também inaugura uma relação inédita: **a utilização da PEB como instrumento de ação afirmativa**. Esta relação foi inicialmente descrita pela Embaixadora Irene Vida Gala (2007) em sua tese “A política externa do governo Lula para a África: a política externa como instrumento de ação afirmativa ... ainda que não só” apresentada ao 51º Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (IRB).

Desde a publicação do trabalho de Gala (2007), ocorreram mudanças estruturais no Brasil – especialmente relacionadas à intensificação do neoliberalismo – que tem a possibilidade de alterar a sistemática da utilização da PEB enquanto um instrumento de ação afirmativa no combate ao racismo. Os governos Temer e Bolsonaro foram marcados por fortes rupturas democráticas e alterações estruturais no sentido da redução do tamanho do Estado, na ameaça aos direitos humanos, flerte com o autoritarismo e constante ataque às minorias e aos movimentos sociais.

Após seis anos de governos alinhados aos ideais ultradireitistas, Lula forma uma nova coalizção e consegue se eleger para um terceiro mandato e sinaliza que sua nova gestão não renuncia ao combate à fome, ao respeito aos direitos humanos e ao compromisso de trazer o Brasil de volta na mesa da negociação internacional.

Este artigo tem como objetivo discutir a hipótese de que o 3º e atual governo do presidente Lula, novamente, tem o compromisso de utilizar a PEB enquanto um instrumento de ação afirmativa. Para isso, a primeira seção discute o ineditismo desta vinculação apresentada por Gala (2007). A segunda seção analisa o plano de governos de Lula 3 e os principais discursos que abrangem a PEB e as ações afirmativas. Por fim, o artigo apresenta considerações finais que ensaiam sobre a concretude e a continuidade da vinculação da PEB enquanto um instrumento de ação afirmativa no combate ao racismo e ao imperialismo.

## POLÍTICA EXTERNA ENQUANTO INSTRUMENTO DE AÇÃO AFIRMATIVA

O primeiro olhar é voltado à definição de ações afirmativas. Na tese de Gala (2007), há uma preocupação voltada para a historiografia da política externa voltada para África e uma análise da práxis de governo na primeira década do século XXI. Portanto, na obra, não é um objetivo definir teoricamente o conceito de ação afirmativa. Cabe então, para seguir a análise, emprestar o conceito de Barbara Bergmann adotado por Moehlecke (2002):

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente. (Bergmann, 1996 *apud* Moehlecke, 2002, p.199-200)

Moehlecke (2002) ainda sintetiza que as ações afirmativas têm como ideal assegurar acesso de bens (econômicos ou não) à grupos que historicamente foram inferiorizados pela sociedade. (Moehlecke, 2002, p.200). Júnior e outros, por sua vez, consideram o conceito de ação afirmativa como todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo, sendo etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas as categorias mais comuns em tais políticas (Júnior e outros, 2018).

Nesse sentido, o conceito de ação afirmativa aqui utilizado não remete somente à promoção de ações voltadas a determinados grupos etnicorraciais, embora se reconheça a indissociabilidade histórica entre a evolução das ações afirmativas e o Movimento Negro, tanto internacional quanto brasileiro, e o peso tais ações possuem na promoção da equidade racial, tanto via política interna quanto externa. Opta-se, portanto, por uma definição mais ampla dos grupos focais para ações afirmativas, qual seja a de grupos inferiorizados na sociedade (Moehlecke, 2002, p. 200). Isso abarca, por exemplo, imigrantes forçados ou refugiados, seja por guerras, perseguições políticas ou catástrofes climáticas, vítimas de intolerância religiosa, cidadãos de países colonizados e que sofreram com tráfico internacional de escravizados, entre outros.

Este artigo, assim como no trabalho de Gala (2007), não tem como objetivo debater o conceito de ação afirmativa. Entretanto, cabe trazer uma definição consagrada na literatura para que a hipótese sobre a retomada da utilização da PEB como instrumento de ação afirmativa possa ser trabalhada. Em Gala (2007), olha-se somente para ações afirmativas no combate ao racismo, no artigo, ao trazer a definição de ação afirmativa junto das análises de discursos propostas adiante, espera-se poder utilizar a vinculação de política externa e ação afirmativa para outras frentes além do debate racial.

Após definidas as premissas supracitados, cabe realizar uma incursão nos argumentos de Gala (2007) para compreender a vinculação entre a PEB e as políticas de ação afirmativa e, por conta do escopo da tese da autora, utilizar as relações Brasil - África e as políticas de ação afirmativa de combate ao racismo como *case*.

O trabalho de Gala (2007) retrata toda a história das relações Brasil-África de diversas ópticas<sup>4</sup> e constitui um caminho até 2003 quando ocorre a vinculação da PEB como instrumento de ação afirmativa. Para isso, a autora revisita as propostas de governo voltadas para as relações Brasil-África dos presidentes Jânio Quadros, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney. Além disso, revisita também as propostas de governo de Lula derrotadas nas eleições de 1989, 1994 e 1998. Ainda que com projetos de desenvolvimento nacional muito distantes, há uma grande aproximação do que se era a proposta para as relações Brasil-África: há menções genéricas ao continente africano que fazem referência às heranças étnicas e culturais em comum (Gala, 2007, p.45). Além disso, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, há propostas de aproximação de relações sul-sul, especialmente com China, Rússia, Índia, África do Sul e países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e também uma homogeneidade nas propostas no que tange ao não reconhecimento de países com políticas racistas do *apartheid* (Gala, 2007, p.46).

Ainda que Gala (2007) não retrate as relações Brasil-África no período ditatorial, Cervo e Bueno (2015, p. 449-453) discutem como houve um distanciamento entre a política do Itamaraty, representada pelo diplomata Gibson Barbosa, e a política da ditadura, representada por Delfim Neto. A primeira, planejava uma política africana nos campos políticos, culturais e econômicos e buscava o abandono do apoio à repressão colonialista portuguesa na África, a segunda, buscava as vinculações com Portugal em apoio ao colonialismo. A estratégia de Gibson se mostrou vitoriosa – ao fim do

---

<sup>4</sup> Olhares negros, Olhares brancos e olhares atentos. Ver Gala (2007, cap.1)

governo Geisel, já era possível observar uma inserção de África nas estratégias brasileiras de inserção internacional.

O ponto de ruptura, entretanto, se dá somente quando Lula disputa sua quarta eleição, em 2002, que além de se voltar para o discurso da conciliação, incorpora em suas propostas de governo o debate com o movimento negro:

Somente em 2002, o PT e os partidos a ele coligados decidiram transferir esse debate para a campanha eleitoral, ao fazerem a vinculação entre o elevado contingente populacional negro brasileiro, a luta contra o racismo e os objetivos desenvolvimentistas e universalistas da política externa brasileira, em particular o adensamento das relações com a África.

Tal vinculação pode ser reconhecida exatamente no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente, mais propriamente no encarte especial intitulado “Brasil sem Racismo”, onde aparece repetida a proposta de voltar-se para a África, novamente justificada pelo fato de o Brasil dispor do segundo maior contingente de população negra no mundo. Nesse encarte, distribuído em onze áreas, incluindo a de relações internacionais, são listados compromissos de governo que têm por objetivo combater o racismo e contribuir para a superação das desigualdades raciais no Brasil. O compromisso de voltar-se para a África figura no rol das políticas públicas que deveriam ser adotadas pelo Governo Lula, caso eleito, com vistas a responder às reivindicações da população negra brasileira, conforme explicitadas naquele mesmo documento. (GALA, 2007, p. 47)

Um ponto muito importante de se ressaltar é a questão do protagonismo do movimento negro nesta mudança. De acordo com Gala (2007, p. 55-56), o ineditismo da união entre a PEB e as políticas de ação afirmativa no combate ao racismo são frutos de reivindicações do Movimento Negro que construíram junto o Programa de Governo da Coligação Lula Presidente, fruto também dos princípios fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) que manifesta sua solidariedade com as massas oprimidas.

Ainda no que tange o Movimento Negro, sua participação ativa na conferência de Durban tem um papel crucial na vinculação das políticas de ação afirmativa à PEB:

Pós-Durban, a agenda política do Movimento Negro brasileiro tornou-se, portanto, internacional e globalizada. Nela, o papel da África é preservado, não mais como referência mítica, mas como parceira e aliada em uma luta, de escopo internacional, por medidas que visem a combater os efeitos do racismo e da discriminação racial, bem como da pobreza, na própria África e também nos países da Diáspora, onde estejam instaladas as comunidades afro-descendentes. Trata-se de uma agenda de interesses legitimamente compartilhados. (GALA, 2007, p. 64)

Desta forma, a partir da posse do presidente Lula, inicia-se a política externa para África, que é definida através valores, justificativas, premissas, objetivos e metodologias<sup>5</sup>. Em linhas gerais, as diretrizes estão relacionadas ao dever moral do Brasil para com África, das proximidades culturais e dos desafios em comum. Essas diretrizes, podem também ser transpassadas para o olhar para dentro do Brasil, em um compromisso com o povo brasileiro afrodescendente:

O compromisso do Partido e do Programa de Governo, o sinal para dentro e o resgate da dívida histórica e moral não apenas com relação à África, mas também com os afro-descendentes brasileiros, são registros que se combinam no sentido de anunciar o cumprimento da agenda que o Movimento Negro, como visto em capítulos anteriores, havia confiado à Coligação Lula Presidente e, quando eleito, ao Governo do Presidente Lula. (GALA, 2007, p. 109)

---

<sup>5</sup> Ver Gala, 2007, p. 105.

O olhar para dentro é relevante pois, qualquer formulação de política externa, é, na verdade um jogo de dois níveis, no quais as políticas externas, precisam ser também internamente validadas:

The politics of many international negotiations can usefully be conceived as a two-level game. At the national level, domestic groups pursue their interests by pressuring the government to adopt favorable policies, and politicians seek power by constructing coalitions among those groups. At the international level, national governments seek to maximize their own ability to satisfy domestic pressures, while minimizing the adverse consequences of foreign developments. Neither of the two games can be ignored by central decision-makers, so long as their countries remain interdependent, yet sovereign. (PUTNAM, 1998, p. 434)

Neste sentido, a política externa de Lula tem o apoio interno uma vez que a própria diretriz da política implementada foi construída coletivamente com o Movimento Negro:

Pela primeira vez, exatamente no Governo Lula, o público interno brasileiro, essencialmente os negros, mas também todos os que se identificam com a nova cultura política (...) emerge como instância legitimadora explícita da política externa para a África. Conseqüentemente, essa legitimação interna revela-se o mais novo pilar de sustentação da política africana do Brasil. Entre as categorias analíticas anteriormente sugeridas – valores, justificativas, premissas, objetivo e metodologias, propõe-se incluí-lo na primeira, posto que a legitimidade tende a ser compreendida como componente intrínseco da ação diplomática de países democráticos. (GALA, 2007, p. 112)

Ao fim de sua tese, Gala (2007, p. 203-208) avalia positivamente o primeiro governo Lula para com as relações Brasil-África enquanto instrumento de ação afirmativa de combate ao racismo. Para a autora, neste período o continente Africano ganhou uma posição de destaque no cenário internacional, muito relacionada às relações com o Brasil. Em síntese, Gala (2007) aponta que a implementação da política externa voltada para África oferece aos brasileiros a oportunidade de reformar o legado de discriminação e preconceito racial.

A semente plantada por Lula em seu primeiro governo resistiu por um segundo mandato e teve sua continuidade assegurada por sua sucessora, Dilma Rousseff. Em 2016, Dilma é vítima de um processo de *impeachment* antidemocrático, seu sucessor, Michel Temer, não dá continuidade ao projeto neodesenvolvimentista de país democraticamente eleito e liderado pelo PT desde 2003. Temer dá continuidade ao projeto neoliberal de país, iniciado por Collor e continuado por Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido:

Com a posse de Michel Temer (2016-2018), a política externa brasileira é redirecionada. Com base nas críticas segundo as quais a política desenvolvida ao longo dos governos petistas combinava propósitos publicitários, poucos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos, o novo ministro José Serra, em seu discurso de posse, aponta a necessidade de estabelecer relações prioritárias com parceiros do Norte e da Ásia, especialmente a China, colocando as relações Sul- -Sul em outro patamar de importância, assim como as relações com o continente africano. (ALMEIDA, 2022, p.9)

Ora, mas como um país que durante treze anos construiu um projeto de nação neodesenvolvimentista, embarca na empreitada neoliberal? É possível interpretar que esta virada está ligada com a mobilização e a legitimação das forças antidemocráticas promovidas pelo neoliberalismo. Este processo é descrito por Wendy Brown (2019) no livro “nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente”. A revisão conceitual de Brown (2019) acerca do conceito de neoliberalismo nos ajuda a entender a eclosão de forças ultraconservadoras de direita ao adicionar a ideia de que a valorização da moralidade tradicional é, na verdade, uma ferramenta neoliberal que funciona como arma política:

(...) a racionalidade neoliberal desorientou radicalmente a esquerda ao moldar um discurso corriqueiro no qual a justiça social é de uma só vez banalizada e demonizada como “politicamente correta” (...).

(...) a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI. O argumento não é que o neoliberalismo por si só causou a insurgência da extrema direita no Ocidente (...) Meu argumento é que nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política. (Brown, 2019, p.16-17)

Portanto, através do argumento de Brown (2019), é possível interpretar o *impeachment* de Dilma Rousseff, seguido da eleição de Jair Bolsonaro, enquanto fruto do neoliberalismo. Ora, se o projeto neodesenvolvimentista realiza políticas de ação afirmativa à “massa de oprimidos” a ultradireita se sente destronada e opta pela barbárie ao mobilizar e legitimar as forças antidemocráticas.

Com a ascensão do projeto neoliberal dos conservadores há uma completa destruição do Estado, que, na verdade, passa a ser tratado no âmbito familiar<sup>6</sup>. Ou seja, para de atender ao interesse público e comum e passa a atender o interesse privado. O estado de bem-estar social é desmantelado e a austeridade reina, enquanto as desigualdades se ampliam. Os discursos de ódio crescem na proporção que são legitimados e estimulados pelo governo. A política externa, por sua vez, passa também a ser voltada para o interesse privado:

A “nova política externa” refletiria “o enorme esforço [que] está em curso, por parte do governo brasileiro, para aprovar reformas há muito necessárias, reduzir custos, desregular, facilitar os negócios e o empreendedorismo, abrir a economia” (...)

Além dessa orientação, a política externa é impregnada por novos valores associados à família e à liberdade, do que decorre a ruptura com posições tradicionais do Brasil nos fóruns internacionais. (ALMEIDA, 2022, p.11)

Ainda assim, Almeida (2022, p. 2) argumenta que o Itamaraty se utiliza do chamado “insulamento burocrático” para promover um afastamento da diplomacia brasileira para com as pressões políticas. Neste sentido, ainda que a atuação do Itamaraty possa ter mitigado em partes os impactos do neoliberalismo na utilização da PEB como instrumento de ação afirmativa, ainda assim, seria um descolamento da realidade dizer que não houve impacto.

Ainda que o terceiro governo Lula signifique uma retomada do projeto social-desenvolvimentista, é um governo de reconstrução. A orientação do presidente Lula em seus discursos é “colocar o pobre no orçamento e o rico para pagar imposto”, ainda que suas equipes ministeriais estejam a par desta simples instrução, não é uma tarefa fácil em um cenário de terra arrasada. No cenário da política externa, Lula demonstra através de movimentações intensas no 1º ano de governo que tem um forte compromisso em renovar a vinculação da PEB às ações afirmativas, especialmente no que tange às relações Sul-Sul.

## **LULA 3 E A RETOMADA DA UTILIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA ENQUANTO INSTRUMENTO DE AÇÃO AFIRMATIVA**

Esta seção tem como objetivo analisar a proposta de Governo do 3º mandato do presidente Lula, assim como os seus discursos sobre a temática da política externa e ações afirmativas no período de 2023-2024. A análise, por sua vez, tem como objetivo investigar evidências que comprovem uma retomada da vinculação da PEB aos instrumentos de ação afirmativa. Para isso, são analisados dois

---

<sup>6</sup> Ainda que o patrimonialismo - confusão entre as esferas públicas e privadas - sejam parte da formação econômica do Brasil (de acordo com Darcy Ribeiro), é inegável que nos períodos de intensificação do neoliberalismo, há um forte resgate às estruturas do Estado patrimonialista. Ou seja, o patrimonialismo não é inédito nem exclusivo da ordem neoliberal, mas, se intensifica na mesma proporção que o neoliberalismo avança.

grupos de documentos: em primeiro lugar, o Plano Plurianual (PPA) elaborado pelo mandato de Lula para 2024-2027 e, em segundo, discursos e falas oficiais do presidente em eventos diplomáticos internacionais, entre dezembro de 2023 e abril de 2024. No esforço de entender se existe uma continuidade, ruptura ou inovações dos antigos mandatos para a coligação 2023-2026, não somente a estrutura de análise identificada por Gala (2007) a partir de eixos bilaterais será utilizada, mas buscaremos entender novas percepções sobre tais documentos oficiais do governo.

### ***Lula Alckmin 2023-2026: coligação Brasil da esperança***

A política externa dos dois primeiros mandatos de Lula teve um grande direcionamento para potencializar as relações sul-sul, se mostrando eficaz na implementação de políticas de ação afirmativa de combate ao imperialismo e racismo. Ao traçar o percurso histórico das relações Brasil-África, Gala (2007) identifica em um primeiro momento uma dificuldade no estabelecimento de relações qualitativas, dado a uma tradição de priorizar relações comerciais nas ações diplomáticas Brasil-África. Para além do aspecto quantitativo, os esforços da política externa e ação diplomática se voltaram para solidariedade, generosidade, luta contra o racismo e promoção da igualdade racial para fortalecer o aspecto qualitativo das relações.

De forma que para a análise da política externa em ambos os aspectos a autora delineou eixos bilaterais tradicionais, sendo eles; diálogo político, cooperação militar, cooperação educacional e as relações comerciais - e novos eixos bilaterais - assistência humanitária e ajuda ao desenvolvimento, cooperação técnica como instrumento contra a exclusão, cooperação científica e tecnológica e relações etnoraciais (Gala, 2007).

Em um primeiro momento, para averiguar a continuidade das políticas diplomáticas Brasil-África, nós voltaremos a um documento que estabelece as intencionalidades do mandato Lula-Alckmin. O documento; “Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026 coligação da esperança”, que foi organizado e construído a partir da frente “vamos juntos pelo Brasil”, formada pelos partidos PT, PSB, PCdoB, PV, PSOL, REDE e SOLIDARIEDADE; e proposto, escrito e revisado pelo Partido dos Trabalhadores (PT); determina as diretrizes pelas quais irá se guiar o mandato Lula Alckmin 2023-2026.

A partir da análise cuidadosa do documento no que concerne à política externa é possível traçar os principais focos da política externa brasileira no período. Eles são: (1) trabalho para a construção de uma nova ordem global multilateral que contemple as necessidades dos países em desenvolvimento; (2) busca por fortalecimento de instituições comerciais de países em desenvolvimento e relações sul-sul como Mercosul, Unasul, Celac e Brics; (3) recuperação das credenciais internacionais e reforço da soberania; (4) busca por investimentos e acordos comerciais que priorizem o desenvolvimento sustentável e social (5) abrigar o preço dos combustíveis e reduzir a volatilidade cambial, assim como reduzir os impactos inflacionários através política cambial; (6) reindustrialização e investimento em pesquisa e tecnologia na busca de alterar as pautas de importação e exportação (Fundação Perseu Abramo, 2022).

Ao longo das trinta e quatro páginas o documento resgata políticas econômicas e sociais dos antigos mandatos do PT, tendo continuidade de estratégias social-desenvolvimentistas, de amparo social e priorização da educação, indústria de base e produção de tecnologia. Ao mesmo tempo em que é inovador ao colocar em destaque o papel ativo do Estado na manutenção de uma democracia, que por tal, deve priorizar também a defesa dos direitos das minorias como indígenas, população LGBTQIA+, mulheres e pessoas negras e PCD. Explicitamente, na seção de segurança pública, tais minorias, antes estigmatizadas como promotores de violência contra a nação, são vistas no documento como alvo de políticas públicas de ação afirmativa.

“Mulheres, negros e jovens padecem com o desmonte de políticas públicas, de modo a reforçar discriminações históricas. Populações indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais têm conquistas atacadas sem trégua. A saúde, a assistência social e a previdência sofrem ataques e retrocessos. Educação, Ciência e Tecnologia sofrem ameaças, cortes de investimentos e mudanças regressivas, enquanto a Cultura é perseguida e até criminalizada.” (Fundação Perseu Abramo, 2022, p.4)

Se mostra claro uma mudança de postura, comparada com o governo antecessor, no que se refere a visão de democracia, importância da ciência e estratégia de desenvolvimento econômico, mostra um desmonte do discurso neoliberal e conservador no âmbito governamental, apontando para priorização de pautas sociais internas que se refletem na intencionalidade da política externa.

Outro documento fonte de análise do posicionamento do atual governo no que se refere à política externa é o Plano Plurianual 2024-2027, proposto pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), que contou com ampla discussão e participação da sociedade civil. O PPA é uma peça de estratégia e orçamento, elaborada a cada quatro anos pelo Governo Federal. Consolidado sempre no primeiro ano de um novo mandato, se refere aos quatro anos seguintes, abarcando, portanto, o primeiro ano do próximo mandato presidencial. O Decreto nº 2.829/1998, ao instituir a classificação programática no PPA e na LOA (Lei Orçamentária Anual), expandiu a ligação institucional entre planejamento e orçamento, de modo que toda ação finalística do Governo Federal passou a ser estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos no PPA (MPO, 2024). Dessa forma, entende-se que a análise do PPA permite apreender as principais motivações estratégicas e táticas do mandato, para além das intenções iniciais trazidas no programa de governo.

O documento, dividido em cinco capítulos, em um primeiro momento traz o panorama amplo da situação do país através de indicadores e dados do ano de 2023 e as perspectivas e projeções para os próximos anos. A partir disso, conta com as tendências nacionais e mundiais. Seguindo para estratégias do governo e suas dimensões táticas, explicitando as agendas prioritárias e transversais para o cumprimento do compromisso firmado no programa de governo proposto pela chapa Lula-Alckmin.

No que tange às perspectivas mundiais, foco dado neste trabalho, oito são as tendências identificadas pelo ministério para se firmar à política externa, são elas; (1) Transição demográfica e seus reflexos na sociedade, na economia e na demanda por serviços públicos; (2) Aumento da demanda mundial por alimentos; (3) Intensificação das mudanças climáticas e valorização da sustentabilidade ambiental; (4) Aceleração da transição energética, com foco na oferta de fontes limpas; (5) Diversificação dos riscos globais e ampliação dos seus impactos; (6) Aceleração das transformações tecnológicas e da digitalização da economia e da sociedade; (7) Aceleração das mudanças no conteúdo, nos formatos e nas relações de trabalho; (8) Crescente demanda da sociedade por participação e garantia de direitos e pressão por avanços na gestão pública.

Tais tendências se relacionam diretamente com os eixos delineados por Gala (2007) já citados, evidenciando no planejamento plurianual uma continuidade de ações já propostas e iniciadas nos dois primeiros governos Lula. Apontam para a necessidade de cooperação internacional nos âmbitos do comércio, solidariedade internacional, pesquisa e desenvolvimento.

### ***Discursos e pronunciamentos oficiais do presidente Lula***

Para fundamentar a discussão sobre a política externa brasileira no terceiro mandato de Lula, foram analisados 32 discursos, pronunciamentos oficiais e notícias relacionadas à postura internacional do presidente, com o recorte temporal de novembro de 2023 a abril de 2024. O material estudado encontra-se tabelado no Anexo A. A escolha do mês de novembro de 2023 como data de início da análise se justifica pelo começo do mandato brasileiro na presidência do Grupo dos 20 (G20)



no mês seguinte, estando a posse em voga nos debates internacionais com mais intensidade já no mês imediatamente anterior. Desde sua atuação fundamental na recuperação da Crise de 2009, o G20 é considerado o maior fórum de cooperação econômica internacional do mundo (Rewizorski, 2015).

O grupo foi inicialmente composto por Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, além da União Europeia. A partir de 2023, também a União Africana passou a fazer parte do grupo, de modo que o G20, atualmente, representa cerca de 85% do PIB global, mais de 75% de seu comércio e cerca de dois terços da população mundial (G20, 2023). Além dos países membros, participam como convidados Bangladesh, Egito, Maurício, Países Baixos, Nigéria, Omã, Singapura, Espanha e Emirados Árabes.

A presidência, rotacionada anualmente, chega em 2024 ao Brasil pela primeira vez e se torna um marco na agenda internacional do terceiro governo Lula. A análise documental demonstra que, para além da cooperação econômica, o mandato brasileiro no G20 - entre outras ações da PEB que serão discutidas - é instrumentalizado enquanto ação afirmativa para a promoção de ações decoloniais, antiimperialistas e antirracistas na governança global, se enquadrando nas definições supracitadas de ação afirmativa enquanto, sobretudo, a ideia de restituição de uma igualdade que foi rompida ou nunca existiu (Moehlecke, 2002).

A partir do recorte escolhido, analisaram-se todos os discursos oficiais do presidente Lula entre 01/11/2023 e 30/04/2024, selecionando aqueles que se circunscrevessem à PEB. A análise totalizou 12 notícias de portais brasileiros e 20 transcrições de pronunciamentos oficiais. Classificaram-se, então, as falas do presidente em cinco eixos temáticos: relações com África, combate ao imperialismo, defesa do multilateralismo, reforma da governança global, e a atuação institucional no BRICS e no G20. Nos parágrafos seguintes, cada um dos eixos é analisado, considerando também os possíveis encontros com os eixos bilaterais (diálogo político, cooperação militar, cooperação educacional e as relações comerciais) de relações Brasil-África e os eixos multilaterais (políticos e econômicos) propostos por Gala (2007).

No que diz respeito às relações com África, o movimento de reaproximação do governo brasileiro se inicia já na primeira viagem do terceiro mandato ao continente, em fala conjunta do presidente Lula com o premiê de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, por ocasião de parada para reabastecimento da aeronave oficial que voltava da Cúpula da União Europeia em Bruxelas - portanto, fora de uma visita oficial de Estado - , já em 19 de Julho de 2023. Conforme relatado no jornal Estado de Minas, o presidente declarou que:

“Nós, brasileiros, **somos formados pelo povo africano**. A nossa cultura, a nossa cor, o nosso tamanho é resultado da miscigenação de índios, negros e europeus (...). **Temos profunda gratidão ao continente africano por tudo que foi produzido durante 350 anos de escravidão no nosso país**. Achamos que a forma de pagamento que um país como o Brasil pode fazer [está em] tecnologia, a possibilidade de formação de gente para que tenha especialização para as várias áreas que o continente africano precisa, industrialização e agricultura.

(...)

Queremos agora, com minha volta à Presidência, **recuperar a boa e produtiva relação que o Brasil tinha com o continente africano** (...). No próximo ano, quero visitar muito mais [países africanos], abrir embaixadas onde o Brasil ainda não tem, quero fazer muito mais reuniões para fazer [com] que a gente defina **no que que o Brasil pode ajudar mais no continente africano**.” (Hollanda, 2023. Grifos próprios.)

O reconhecimento da dívida histórica do Brasil com África de forma explícita e literal é inédito em falas presidenciais<sup>7</sup>. Ademais, é inegável a simbologia de, na janela dos primeiros seis meses de governo, retomar a prioridade dada às relações Brasil-África nos dois mandatos anteriores, como já colocado por Gala (2007). Ainda, a menção subsequente do compartilhamento de tecnologia como “forma de pagamento” dessa dívida remete aos eixos bilaterais identificados por Gala, nomeadamente às cooperações técnicas e científico-tecnológicas como instrumentos contra a exclusão. Esse tipo de reconhecimento, adicionado da promessa de reparação, pode ser entendido enquanto ação afirmativa através do olhar proposto pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra no Brasil, que identifica na ação afirmativa o objetivo de “...eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos étnicos, religiosos, de gênero e outros.” (Santos, 1999, p.25 apud Moehlecke, 2002).

Já a partir do calendário de visitas de Estado, destaca-se a participação brasileira na 37ª Reunião da Cúpula da União Africana (UA), em Adis Abeba (Etiópia), nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2024. Para além da fala polêmica na qual comparou o massacre ocorrido em Gaza ao massacre de judeus por Hitler - que será posteriormente tratada, na discussão sobre o combate ao imperialismo - a viagem do presidente incorporou agendas importantes e foi marcada por acenos significativos à parceria e cooperação com África - desta vez, para além do bilateralismo, com declarações enfáticas sobre a importância de maior representatividade do continente nas instituições de governança global.

Conforme registros de sua agenda oficial<sup>8</sup>, o presidente desembarcou em Cairo (Egito) em 14 de fevereiro, onde se reuniu com o presidente do Egito, Abdel Fattah El-Sisi, com o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Ahmed Aboul Gheit, e, por fim, participou de sessão extraordinária do Conselho de Representantes da Liga dos Estados Árabes. De lá, viajou até Adis Abeba (Etiópia), onde participou de cerimônia de oferenda floral em homenagem aos heróis caídos na batalha de Aduá<sup>9</sup> e de visita ao Museu Memorial da batalha, além de conversas oficiais com o Primeiro-Ministro da Etiópia, Abiy Ahmed. Em discurso na abertura da Cúpula, que ocorreu no fim de semana de 17 e 18 de fevereiro, destacam-se alguns trechos da fala do presidente:

"Nós, africanos e brasileiros, precisamos **traçar nossos próprios caminhos** na ordem internacional que surge (...).

Precisamos criar uma **nova governança global**, capaz de enfrentar os desafios do nosso tempo (...).

A **multipolaridade** é um componente inexorável e bem-vindo do século XXI. A consolidação do BRICS como principal espaço de articulação dos países emergentes é um avanço inegável (...).

O momento é propício para **resgatar as melhores tradições humanistas dos grandes líderes da descolonização africana** (...).

De uma ONU fortalecida e que tenha um Conselho de Segurança mais representativo, sem países com poder de veto, e com **membros permanentes da África e da América Latina** (...).

É preciso buscar soluções para **transformar dívidas injustas e impagáveis em ativos concretos** (...),

A presença da União Africana como membro pleno do G20 será de grande valia. Mas ainda é necessário a **inclusão de mais países do continente como membros plenos. Temos agendas comuns a defender** (...).

---

<sup>7</sup> Tal reconhecimento também é presente na *Declaração à imprensa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva após reuniões bilaterais com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, em Bogotá*.

<sup>8</sup> Disponível para consulta pública em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/agenda-do-presidente-da-republica-lula/agenda-do-presidente-da-republica/>

<sup>9</sup> A Batalha de Aduá ocorreu em 1 de março de 1896 e consagrou a manutenção da independência da Etiópia pós Conferência de Berlim. O imperador Menelik II, um grande estadista da história africana, derrotou, acompanhado de sua esposa, a imperatriz Taitu Bitul, o exército invasor italiano. A Itália e a Etiópia assinaram o Tratado de Adis Abeba, garantindo a independência etíope, em 26 de outubro de 1896. Também a participação do presidente na cerimônia e subsequente visita ao museu traz uma forte simbologia decolonial.

Minhas amigas e meus amigos, quero terminar dizendo que **não há Sul Global sem a África.**" (Brasil, 2024d. Grifos próprios.)

Em primeiro lugar, é interessante considerar o potencial decolonial da fala do presidente, ao propor que Brasil e África sigam seus próprios caminhos e ao mencionar, nominalmente, a importância da tradição dos líderes da descolonização africana. Ao finalizar o discurso reiterando que não há Sul Global sem África, o presidente retoma a ênfase no potencial político dos países africanos na construção de uma diplomacia alternativa, a partir do compromisso de maior representatividade institucional desses países<sup>10</sup>. Além dos eixos bilaterais propostos por Gala (2007), neste discurso é possível encontrar o início de uma nova proposta de cooperação Brasil-África, pautada na inserção institucional e na atuação conjunta em instâncias multilaterais.

Em outras palavras, o compromisso assumido pelo Brasil de defender a participação dos países africanos e da América Latina como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, transpõe a atuação da PEB enquanto ação afirmativa ainda para um outro espaço: o da institucionalidade. E não é, afinal, a garantia do espaço institucional uma forma de ação afirmativa? Pesquisadores do Centro de Estudos e Conferências de Bellagio, na Itália, concluem que "a ação afirmativa pode ser uma preferência especial em relação a membros de um grupo definido por raça, cor, religião, língua ou sexo, com o propósito de **assegurar acesso a poder**, prestígio, riqueza (Contins, Sant'Ana, 1996 apud Moehlecke, 2002. Grifo próprio).

Também neste mesmo caminho, se encontra o convite feito pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para a inclusão de seis novos membros, todos países do Sul Global: três árabes, dois africanos e um sul-americano - Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Egito, Etiópia e Argentina. Na última cúpula dos BRICS, em 28 de agosto de 2023, na África do Sul, Lula voltou a enfatizar a importância de blocos econômicos dirigidos pelos países do Sul e voltados a eles, declarando que "o BRICS era uma coisa diferente porque tinha interesse comum entre os países." (Aguiar e Spechoto, 2023) e, sobre a necessidade de reestruturação de outros blocos institucionais voltados para a cooperação Sul-Sul, o Mercosul e a Unasul, "pelo menos com garantia que [o bloco] vai ser tratado em igualdade de condições e não com a prepotência do senhor de engenho contra o escravo" (Aguiar e Spechoto, 2023).

Esse movimento demonstra mais uma vez a saída conjunta institucional para a promoção de uma nova governança global, trazendo os BRICS como um espaço de articulação e fortalecimento das relações entre países Sul-Sul. A maior participação de países do Sul Global, em especial de África e da América Latina, é uma questão frequentemente levantada pelo presidente em seus discursos, que clamam pela reorganização da governança global, buscando maior representatividade institucional e mecanismos de governança política e financeira multipolares e mais condizentes com a relevância atribuída aos países do Sul. Em declaração à imprensa Lula após reunião bilateral com o presidente do Egito, em 15 de fevereiro, Lula reitera:

"No BRICS, vamos trabalhar juntos pela **reforma da ordem global** e na construção da paz, especialmente num momento em que ressurgem pressões protecionistas e **conflitos que penalizam os países mais pobres.**

A consolidação do BRICS como principal espaço de **articulação dos países emergentes é um avanço inegável em prol de um mundo multipolar.** Atuaremos pela **criação de unidade de valor comum** nas transações comerciais e de investimento do BRICS, como forma de **contornar a dependência mundial de uma única moeda.**"(Brasil, 2024b. Grifos próprios).

---

<sup>10</sup> A presença institucional brasileira em países do sul global foi uma estratégia estabelecida em 2003, com 19 novas embaixadas criadas no continente africano e embaixadores fixos em todos os países integrantes da CARICOM. Além de visitas inéditas de representações brasileiras em tais países.

Aqui, um novo elemento político-institucional emerge: a criação de um meio de pagamento próprio para os BRICS. A ideia foi trazida pelo presidente algumas vezes em declarações à imprensa e discursos oficiais, inclusive na cerimônia de posse da ex-presidente Dilma Rousseff como presidente do New Development Bank, o banco dos BRICS:

“Lula disse que toda noite se pergunta **“por que todos os países estão obrigados a fazer seu comércio lastreado no dólar”** (...).

“Por que não podemos fazer o **nosso comércio lastreado na nossa moeda?**”, acrescentou, citando o “compromisso de inovar” do bloco (...).

Nós precisamos ter uma **moeda que transforme os países numa situação um pouco mais tranquila**. Porque hoje um país precisa correr atrás de dólar para poder exportar, quando ele poderia exportar em sua própria moeda, e os bancos centrais certamente poderiam cuidar disso”, declarou Lula.” (Lopes, 2023)

O questionamento ao uso do dólar como principal meio de pagamento para as transações internacionais e como lastro das dívidas dos países do Sul Global manifesta, novamente, uma intenção decolonial do presidente, que busca desafiar os impasses de soberania monetária impostos aos países periféricos pela organização do Sistema Monetário Internacional (SMI)<sup>11</sup>. Dessa forma, é possível considerar a própria intenção declarada de construir um meio de pagamento dos BRICS, junto aos esforços do bloco em concretizar esse plano, também publicamente expostos pelo presidente, como uma política de ação afirmativa, que objetiva dar voz e visibilidade, por meio de determinações jurídicas e contratuais (como é a validação de uma moeda), a um grupo historicamente sub representado dentro de uma esfera específica.

Ainda na discussão sobre a visita ao continente Africano em fevereiro de 2024, expõem-se alguns trechos do discurso proferido pelo presidente Lula na sessão extraordinária do Conselho de Representantes da Liga dos Estados Árabes, quando de sua estadia em Cairo, no 15 de fevereiro:

"Estamos resgatando a vocação universalista de nossa política externa (...)

Queremos **reavivar e aprofundar nossas parcerias com o Sul Global**, com quem compartilhamos tantas visões, valores, desafios e expectativas (...)

É importante lembrar que o mundo mudou; a geopolítica mudou. Os países ficaram maiores e mais importantes. **Não tem nenhuma explicação o continente africano não ter nenhum representante nas Nações Unidas, e poderia ter dois, três. Não tem nenhum sentido a América do Sul e a América Latina não ter nenhum representante**. Não tem nenhum sentido um país como a Índia estar fora, como a Alemanha estar fora." (Brasil, 2024c. Grifos próprios.)

A fala, novamente, é direcionada para a ampliação do espaço institucional dos países do Sul na governança global - que parece ser a maior bandeira da PEB desse terceiro mandato, ampliando a estratégia de cooperação já trazida por Lula nos dois primeiros mandatos e exposta em Gala (2007) para uma esfera multilateral, institucionalizada e, nesse sentido, com maior poder executivo do que anteriormente - em especial para a realização de reformas importantes nas instituições financeiras e políticas internacionais.

Contudo, em paralelo à batalha pela reforma e maior representação institucional, há outro movimento político interessante presente nos discursos do presidente: o combate ao imperialismo, em especial no que diz respeito ao conflito entre Israel e Palestina<sup>12</sup>. Lula foi o primeiro chefe de Estado a classificar a desproporcionalidade com a qual o Estado de Israel respondera aos ataques do

---

<sup>11</sup> Para discussões mais profundas sobre a organização do SMI e a importância dos ciclos globais de liquidez na soberania monetária dos países do Sul, ver De Conti, Prates e Plihon (2014) e De Conti, Biancarelli e Rossi (2013)

<sup>12</sup> Desde 7 de outubro de 2023, se desenrola um conflito armado entre Israel e os grupos militantes palestinos liderados pelo Hamas, principalmente na Faixa de Gaza. Após um ataque direcionado do grupo Hamas a civis israelenses, o Estado de Israel avança pela fronteira palestina, ocupando seus territórios e eliminando os civis, seja por migração forçada, contenção em prisões ou por execução em guerra. Até maio de 2023, o Conselho de Segurança da ONU não foi capaz de aprovar nenhuma resolução para o conflito, que continua a escalar.

grupo terrorista Hamas como um genocídio, e o fez repetidas vezes, trazendo falas enfáticas e condenatórias à postura do Estado israelense em diversos momentos:

“Sabe, **o que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino, não existe em nenhum outro momento histórico**. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus.” (Brasil de Fato, 2024. Grifo próprio.)

“Não haverá paz enquanto não houver um **Estado palestino, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas**, que incluem a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.” (Brasil, 2024c. Grifo próprio.)

“O que está acontecendo em Israel é um **genocídio**. São milhares de crianças mortas, milhares desaparecidas. E não estão morrendo soldados, estão morrendo mulheres e crianças dentro do hospital. **Se isso não é genocídio, eu não sei o que é genocídio**”. (Carta Capital, 2024a. Grifo Próprio)

“As pessoas que defendem paz no mundo não têm muita coragem de defender mulheres e crianças na Faixa de Gaza, que estão sendo assassinadas todos os dias, porque **aquilo não é uma guerra, aquilo é um genocídio**”. (Carta Capital, 2024b. Grifo próprio.)

Lula chamou o conflito em Gaza de genocídio pela primeira vez na Cúpula da União Africana em 18 de fevereiro. No dia seguinte à sua declaração, o Estado de Israel declarou o presidente “persona non grata” no país, comunicando que sua presença não seria bem-vinda em solo israelense enquanto não houvesse retratação oficial. O presidente, no entanto, não modificou seu discurso, e continuou enfatizando, em outros momentos, a atuação genocida do exército israelense contra os civis palestinos. Lula foi prontamente apoiado publicamente pelos governos de Cuba, Bolívia, Colômbia e Venezuela (Poder 360, 2024). Em pronunciamento oficial após jantar com presidentes de países árabes e muçulmanos em Brasília, ainda em 8 de fevereiro, o presidente já anunciava:

“Nesta noite em que evocamos e celebramos nosso rico patrimônio étnico-cultural, quero transmitir uma mensagem de **solidariedade aos que são vítimas de discriminação e preconceito. Rejeitamos todas as manifestações de islamofobia e antissemitismo**. Não podemos permitir que a intolerância religiosa se instale entre nós (...).

Ela expressa o caráter universalista da nossa política externa e nos leva a **buscar parcerias com os países do Sul Global** (...).

Por esses motivos, entre outros, **o Brasil se manifestou em apoio ao processo instaurado na Corte Internacional de Justiça pela África do Sul** (...).

Também continuaremos a trabalhar para que **a Palestina seja admitida na ONU** como membro pleno.” (Brasil, 2024a. Grifos próprios.)

O próprio apoio declarado ao pedido da África do Sul protocolado na Corte Internacional de Justiça (CIJ) demonstra a vontade política do governo brasileiro na construção de uma solução conjunta, mas que parta das iniciativas do Sul Global. O final do mandato brasileiro na presidência do Conselho de Segurança da ONU, que se encerrou em 31 de outubro de 2023, foi marcado por seguidas tentativas de propostas de resolução para o conflito, todas as quais foram vetadas por membros permanentes do Conselho. A proposta brasileira, apresentada em 17 de outubro, foi vetada apenas pela delegação dos Estados Unidos - sob a justificativa de que a resolução não mencionava o direito israelense à autodefesa.

Após alguns meses de intenso conflito na região de Gaza, a posição vanguardista do presidente Lula ganhou maior espaço na diplomacia internacional, com mais chefes de estado aderindo à posição inicialmente encabeçada pelo Brasil e pela África do Sul. O Ministério das Relações Exteriores da França pediu em 11 de maio de 2024 que Israel interrompesse imediatamente as operações militares na região de Rafah (Brasil 247, 2024). É possível afirmar que, até agora, a postura do Brasil com relação ao conflito tem sido essencial para reposicionar a discussão mundial e dar maior voz à população Palestina, em um claro aceno afirmativo à minoria étnica e religiosa da região. Isso retoma, por outro lado, a posição internacional característica do Brasil como mediador da paz no Oriente Médio (Silva e Kunrath, 2010).

Por último, é interessante considerar as relações estabelecidas na PEB com outros países da América Latina, os discursos focalizam em uma retomada da integração regional via instituições como Mercosul, Unasul e restabelecimento das relações com países integrantes da CARICOM. Além disso, na totalidade dos discursos analisados se observou explicitamente a intencionalidade brasileira de representar os interesses de países da América Latina no G20 e aumentar a participação dos mesmos no BRICS, inclusive sugerindo uma possível integração futura da Colômbia ao bloco.

No Pronunciamento do presidente Lula na abertura da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, as pautas trazidas pelo presidente brasileiro podem ser elencadas em; (1) Situação entre Venezuela e Guiana e promoção da paz; (2) contexto internacional e papel do Mercosul; (3) Adesão da Bolívia ao bloco; (4) negociações comerciais com a Ásia; (5) tentativa anteriores e novas proposições para acordos com a União Europeia; (5) retomada da Cúpula Social; (6) e a Declaração Especial sobre a Democracia, Integridade de Formação e Ambientes Digitais (Brasil, 2023a).

Tais pautas possibilitam a inferência de um novo posicionamento de política externa, estabelecido em discussões conjuntas e horizontais entre os países do bloco regional no que concerne relações comerciais, medidas de paz e segurança no continente, políticas de voltadas a novas tecnologias e principalmente fomentação do Mercosul enquanto bloco primordial para governança global multilateral.

Ao mesmo tempo, os discursos avaliam historicamente o impacto das instituições e convenções internacionais nos países do bloco. Sendo eloquente ao apontar experiências compartilhadas de vulnerabilidade financeira, dificuldade de incorporar o processo de desenvolvimento, imposições organizacionais, e crises políticas e sociais decorrentes. Essa aproximação baseia o argumento da necessidade de coesão do bloco para mudanças nas instituições internacionais, trazendo mais uma vez a importância do multilateralismo e reforma decolonial necessária nas instituições e convenções internacionais.

“A questão do sistema de Bretton Woods, **sobretudo o FMI, o Banco Mundial, precisa mudar a sua característica, a sua função.** Eles não podem ser bancos sufocantes, porque, na verdade, eles não emprestam recurso, eles, na verdade, **emprestam uma corda para que a pessoa que precisou do dinheiro se enforque.**” (Brasil, 2023a. Grifos próprios)

“Guiana, Haiti, Suriname e Trinidad e Tobago são membros da cadeira do Brasil na diretoria executiva do FMI. **Todos nos beneficiaremos da reforma das instituições de Bretton Woods, para torná-las mais representativas. A arquitetura financeira internacional não dispõe de ferramentas adequadas para responder às demandas de desenvolvimento sustentável e enfrentamento à mudança do clima.**” (Brasil, 2024e. Grifos próprios.)

De forma que, a aproximação das trajetórias dos países do Sul Global como países que sofreram com a colonização, com a métrica da civilização e subjugados às instituições econômicas e políticas do sistema-mundo, se torna a força do reconhecimento do poder de ação desses países como bloco.

“É preciso restituir a primazia do direito internacional, inclusive o humanitário, que valha **igualmente para todos**, sem padrões duplos ou medidas unilaterais. Como Sul Global, nossa intenção não é – e não deve ser – antagonizar o chamado Norte. **Mas uma ordem internacional justa exige que todos tenhamos voz. E falaremos mais alto se falarmos juntos.**” (Brasil, 2023b)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever a Política Externa Brasileira para África como instrumento de ação afirmativa de combate ao racismo durante os anos 2003 - 2006, Irene Vida Gala (2007) estabelece como demandas

internas se refletem na política externa, e vice-versa. Ao reconhecer, recentemente, a dívida histórica que o Brasil tem com países africanos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aponta para uma ampliação dessa visão trazida pela embaixadora. Reconhecendo que, para além de países que compartilham uma posição na Divisão Internacional do Trabalho, ou mesmo no Sistema-Mundo (Wallerstein, 1976), os países do Sul global possuem um compromisso histórico entre si, e este deve estar presente em todos os âmbitos de sua política externa.

Ao longo de toda análise, tanto nos documentos oficiais quanto nos discursos do atual presidente, é possível constatar que as diretrizes de reconstrução e transformação do Brasil transbordam para uma virada ontológica na esfera de política externa, assumindo o passado colonial, o genocídio de povos originários, o racismo, sexismo e desigualdades sociais não somente no contexto nacional, mas se propondo a buscar mudanças no contexto internacional.

A virada ontológica decolonial se propõe a escutar as vozes do Sul e fazer delas fonte de conhecimento e direcionamento para uma sociedade mais sustentável e justa. Nesse percurso, a autodeterminação e organização dos países do Sul global entre si são essenciais para políticas anti-imperialistas e anti-racistas. Nesse sentido, o atual governo dá continuidade ao compromisso estabelecido em 2003 de utilizar a política externa como ação afirmativa.

Através das análises expostas se evidencia que a estratégia para manter esse compromisso é da institucionalidade via organização internacional; propondo uma reforma da governança global centrada no multilateralismo. Utilizando a participação no G20 e BRICS como espaços onde o Brasil traz as pautas dos países do Sul, ao mesmo tempo que, fortalecendo blocos regionais como Mercosul e Unasul para o posicionamento diante das comunidades, negociações e acordos internacionais. Pautas essas como, mudança do sistema monetário internacional, reorganização do sistema financeiro global, fortalecimento das economias em desenvolvimento, renegociações com FMI, entre outros.

Além disso, há uma grande presença, tanto nos documentos quanto nos discursos, de novas estratégias de sustentabilidade e promoção da igualdade, Essas priorizam países do Sul no desenvolvimento de uma nova matriz energética, como por exemplo a busca de investimento para a preservação dos biomas, um grande exemplo dessa estratégia é a confirmação da COP 30 ser sediada na Amazônia. Além do, programa de combate à fome e desigualdade proposto pelo governo brasileiro no G20.

“Nossos países já foram chamados de terceiro mundo e de países em desenvolvimento. Fomos divididos em países emergentes e países menos desenvolvidos; e em países de renda média e países de renda baixa. Há quem questione o conceito de Sul Global, dizendo que somos diversos demais para caber nele. Mas existem muito mais interesses que nos unem do que diferenças que nos separam. Assumir nossa identidade como Sul Global significa reconhecer que vemos o mundo de uma perspectiva semelhante. Ao longo de décadas, trabalhamos juntos por um mundo mais equitativo. Enfrentamos o desafio da descolonização, assumimos o desafio do desenvolvimento e agora temos de abraçar o desafio da paz. Nossa mobilização mais recente resultou nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são o resumo mais fiel das nossas aspirações conjuntas... Quando falei da tribuna da Assembleia Geral da ONU, em setembro, propus que assumíssemos a redução das desigualdades como nosso objetivo-síntese.” (Brasil, 2023b)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, E. L. de. DESENVOLVIMENTISMO, NEOLIBERALISMO E POLÍTICA EXTERNA: implicações para as relações entre o Brasil e os países africanos. Caderno CRH, [S. l.], v. 35, p.

e022007, 2022. DOI: 10.9771/ccrh.v35i0.47810. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/47810>. Acesso em: 1 set. 2023.

Aguiar, S. Spechoto, C. Lula confirma criação de uma moeda comum dos Brics para facilitar trocas comerciais. CNN, 24 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-confirma-criacao-de-uma-moeda-comum-do-brics-para-facilitar-trocas-comerciais/>.

Brasil. 2023a. Presidente (2022-2026: Luís Inácio Lula da Silva). Discurso na abertura da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul. Rio de Janeiro, 07 de dezembro. 2023.

Brasil. 2023b. Presidente (2022-2026: Luís Inácio Lula da Silva). Discurso na Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global. Brasília, 17 de novembro. 2023.

\_\_\_\_\_. 2024a. Presidente (2022-2026: Luís Inácio Lula da Silva). Pronunciamento do presidente Lula durante jantar com representantes de países árabes e muçulmanos. Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião bilateral com o presidente do Egito. Brasília, 08 de fevereiro. 2024.

\_\_\_\_\_. 2024b. Presidente (2022-2026: Luís Inácio Lula da Silva). Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião bilateral com o presidente do Egito. Cairo, 15 de fevereiro. 2024.

\_\_\_\_\_. 2024c. Presidente (2022-2026: Luís Inácio Lula da Silva). Discurso do presidente Lula durante sessão extraordinária da Liga dos Estados Árabes. Cairo, 15 de fevereiro. 2024.

\_\_\_\_\_. 2024d. Presidente (2022-2026: Luís Inácio Lula da Silva). Discurso do presidente Lula durante abertura da 37ª Cúpula da União Africana. Adis Abeba, 17 de fevereiro. 2024.

\_\_\_\_\_. 2024e. Presidente (2022-2026: Luís Inácio Lula da Silva). Discurso do presidente Lula na 46ª Conferência da Comunidade do Caribe. Georgetown, 28 de fevereiro 2024.

Brasil 247. França pede a Israel que interrompa imediatamente a operação militar em Rafah, diz Ministério das Relações Exteriores. 11 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/franca-pede-a-israel-que-interrompa-imediatamente-a-operacao-militar-em-rafah-diz-ministerio-das-relacoes-exteriores>

Brown, Wendy. In *The Ruins of Neoliberalism - The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. New York, Columbia University Press, 2019

Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. UnB, 2015.

De Conti BM, Prates DM, Plihon D. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. *Econ soc* [Internet]. 2014Aug;23(2):341–72. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182014000200003>

De Conti, Bruno, André Biancarelli, and Pedro Rossi. "Currency hierarchy, liquidity preference and exchange rates: a Keynesian/minsky approach." *Congrès de l'Association Française d'Économie Politique, Université Montesquieu Bordeaux IV* (2013): 1-22.

Fundação Perseu Abramo. Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026 coligação da esperança. Junho de 2022. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/06/documento-diretrizes-programaticas-vamos-juntos-pelo-brasil-20.06.22.pdf>

Grupo dos 20 (G20). 2023. Sobre o G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20>.



Holanda, Marianna. Lula agradece à África pelo 'que foi produzido nos 350 anos de escravidão'. Estado de Minas. Minas Gerais: 19 de julho de 2023. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/19/interna\\_politica,1522085/lula-agradece-a-africa-pelo-que-foi-produzido-nos-350-anos-de-escravidao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/19/interna_politica,1522085/lula-agradece-a-africa-pelo-que-foi-produzido-nos-350-anos-de-escravidao.shtml).

Lopes, L. Lula critica uso do dólar e defende moeda única para transações entre países dos Brics. CNN, 13 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-critica-uso-do-dolar-e-defende-moeda-unica-para-transacoes-entre-paises-dos-brics/#:~:text=Brics%207C%20CNN%20Brasil-,Lula%20critica%20uso%20do%20d%C3%B3lar%20e%20defende%20moeda,transa%C3%A7%C3%B5es%20entre%20pa%C3%ADses%20dos%20Brics&text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula,China%20e%20%C3%81frica%20do%20Sul>.

Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Plano Plurianual 2024-2027 - Mensagem Presidencial. 2024. Brasília: 11 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/paginas/lei-do-ppa>.

Moehlecke, S.. (2002). Ação afirmativa: História e debates no Brasil. Cadernos De Pesquisa, (117), 197–217. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011>

Poder 360. Cuba, Bolívia, Colômbia e Venezuela apoiam Lula contra Israel. 21 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/cuba-bolivia-colombia-e-venezuela-apoiam-lula-contra-israel/>

Putnam, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. International Organization, Vol, 42, No. 3, 1988

Rewizorski, M. (2015). Participation of the European Union and the BRICS in the G20. In: Rewizorski, M. (eds) The European Union and the BRICS. Springer, Cham. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-19099-0\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-319-19099-0_5)

Silva, André Luiz Reis da, and Bruna Kunrath. "O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio." Meridiano 47-Journal of Global Studies 11.116 (2010): 18-20.

Vigevani, Tullo; Cepaluni, Gabriel. Política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula. 2. ed. Prefácio Philippe C. Schmitter. São Paulo: Ed. Unesp: INCT-INEU: Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais – Unesp – Unicamp – PUC/SP, 2016. (Coleção Estudos Internacionais).

Wallerstein, Immanuel. "A world-system perspective on the social sciences." The British Journal of Sociology 27.3 (1976): 343-352.

## **ANEXO A - DOCUMENTOS ANALISADOS**

Título	Data	Disponível em:
Lula volta a dizer que governo de Israel está fazendo genocídio contra palestinos	23/2/2024	<a href="https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-volta-a-dizer-que-governo-de-israel-esta-fazendo-genocidio-contra-palestinos/">https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-volta-a-dizer-que-governo-de-israel-esta-fazendo-genocidio-contra-palestinos/</a>
Lula: Presidência do Brasil no G20 se baseará em combate à fome, sustentabilidade e reforma de instituições	13/12/2023	<a href="https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-presidencia-do-brasil-no-g20-se-baseara-em-combate-a-fome-desenvolvimento-sustentavel-e-reforma-de-instituicoes/">https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-presidencia-do-brasil-no-g20-se-baseara-em-combate-a-fome-desenvolvimento-sustentavel-e-reforma-de-instituicoes/</a>
G20: Lula quer pautar mudanças na ONU, papel do FMI e do Banco Mundial	17/02/2024	<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-02/g20-lula-quer-pautar-mudancas-na-onu-e-papel-de-fmi-e-banco-mundial">https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-02/g20-lula-quer-pautar-mudancas-na-onu-e-papel-de-fmi-e-banco-mundial</a>
Leia a íntegra do discurso de Lula no G20	22/11/2023	<a href="https://www.poder360.com.br/integras/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-no-g20/">https://www.poder360.com.br/integras/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-no-g20/</a>
Lula critica uso do dólar e defende moeda única para transações entre países dos Brics	13/04/2023	<a href="https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-critica-uso-do-dolar-e-defende-moeda-unica-para-transacoes-entre-paises-dos-brics/#:~:text=Brics%20%7C%20CNN%20Brasil-.Lula%20critica%20uso%20do%20d%C3%B3lar%20e%20defende%20moeda,transa%C3%A7%C3%B5es%20entre%20pa%C3%ADses%20dos%20Brics&amp;text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula,China%20e%20%C3%81frica%20do%20Sul.">https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-critica-uso-do-dolar-e-defende-moeda-unica-para-transacoes-entre-paises-dos-brics/#:~:text=Brics%20%7C%20CNN%20Brasil-.Lula%20critica%20uso%20do%20d%C3%B3lar%20e%20defende%20moeda,transa%C3%A7%C3%B5es%20entre%20pa%C3%ADses%20dos%20Brics&amp;text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula,China%20e%20%C3%81frica%20do%20Sul.</a>
Lula volta a falar em alternativa ao dólar	15/02/2024	<a href="https://inteligenciafinanceira.com.br/mercado-financeiro/politica/lula-moeda-alternativa-ao-dolar/">https://inteligenciafinanceira.com.br/mercado-financeiro/politica/lula-moeda-alternativa-ao-dolar/</a>
Lula volta a defender adoção de moeda diferente do dólar para comércio entre países do Brics	22/08/2023	<a href="https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/08/22/lula-volta-a-defender-adoacao-de-moeda-diferente-do-dolar-para-comercio-entre-paises-do-brics.ghtml">https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/08/22/lula-volta-a-defender-adoacao-de-moeda-diferente-do-dolar-para-comercio-entre-paises-do-brics.ghtml</a>
Lula diz que vai discutir moedas alternativas ao dólar para comércio exterior nas cúpulas do G20 e do Brics	22/06/2023	<a href="https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-diz-que-vai-discutir-moedas-alternativas-ao-dolar-para-comercio-exterior-nas-cupulas-do-g20-e-do-brics/">https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-diz-que-vai-discutir-moedas-alternativas-ao-dolar-para-comercio-exterior-nas-cupulas-do-g20-e-do-brics/</a>
Lula compara massacre em Gaza a genocídio de judeus por Hitler	18/02/2024	<a href="https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/lula-compara-massacre-em-gaza-a-genocidio-de-judeus-por-hitler">https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/lula-compara-massacre-em-gaza-a-genocidio-de-judeus-por-hitler</a>
Lula volta a acusar Israel de cometer genocídio em Gaza e critica omissão da ONU	23/02/2024	<a href="https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lula-volta-a-acusar-israel-de-cometer-genocidio-em-gaza-e-critica-omissao-da-onu/">https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lula-volta-a-acusar-israel-de-cometer-genocidio-em-gaza-e-critica-omissao-da-onu/</a>

Lula agradece à África pelo 'que foi produzido nos 350 anos de escravidão'	19/07/2023	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/19/interna_politica,1522085/lula-agradece-a-africa-pelo-que-foi-produzido-nos-350-anos-de-escravidao.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/19/interna_politica,1522085/lula-agradece-a-africa-pelo-que-foi-produzido-nos-350-anos-de-escravidao.shtml</a>
Lula critica direita racista e defende reaproximação com África: 'temos dívida histórica'	17/02/2024	<a href="https://www.brasildefato.com.br/2024/02/17/lula-critica-direita-racista-e-defende-reaproximacao-com-africa-temos-divida-historica">https://www.brasildefato.com.br/2024/02/17/lula-critica-direita-racista-e-defende-reaproximacao-com-africa-temos-divida-historica</a>
Pronunciamento do presidente Lula durante visita à Alemanha	05/12/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-visita-a-alemanha">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-visita-a-alemanha</a>
Pronunciamento do presidente Lula durante jantar com representantes de países árabes e muçulmanos	08/02/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-jantar-com-representantes-de-paises-arabes-e-muculmanos">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-jantar-com-representantes-de-paises-arabes-e-muculmanos</a>
Discurso do presidente Lula durante abertura da 37a Cúpula da União Africana	17/02/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-37a-cupula-da-uniao-africana#:~:text=S%C3%B3um%20projeto%20social%20inclusivo,grandes%20I%C3%ADderes%20da%20descoloniza%C3%A7%C3%A3o%20africana.">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-37a-cupula-da-uniao-africana#:~:text=S%C3%B3um%20projeto%20social%20inclusivo,grandes%20I%C3%ADderes%20da%20descoloniza%C3%A7%C3%A3o%20africana.</a>
Discurso do presidente Lula durante sessão extraordinária da Liga dos Estados Árabes, no Cairo (Egito)	15/02/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-sessao-extraordinaria-da-liga-dos-estados-arabes-no-cairo-egito">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-sessao-extraordinaria-da-liga-dos-estados-arabes-no-cairo-egito</a>
Declaração do presidente Lula à imprensa após reunião bilateral com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro	17/04/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-do-presidente-lula-a-imprensa-apos-reuniao-bilateral-com-o-presidente-da-colombia-gustavo-petro">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-do-presidente-lula-a-imprensa-apos-reuniao-bilateral-com-o-presidente-da-colombia-gustavo-petro</a>
Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Mesa Redonda Brasil-Arábia Saudita em Riade	29/11/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-mesa-redonda-com-empresarios-na-arabia-saudita">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-mesa-redonda-com-empresarios-na-arabia-saudita</a>

Discurso na COP-28	01/12/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-abertura-da-presidencia-da-cop28-1">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-abertura-da-presidencia-da-cop28-1</a>
Discurso do presidente Lula na Cúpula do G77 na COP 28	02/12/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-na-cupula-do-g77-na-cop-28">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-na-cupula-do-g77-na-cop-28</a>
Discurso na abertura da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul	07/12/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul</a>
Discurso na Reunião de Sherpas	13/12/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-durante-a-reuniao-de-sherpas-vice-ministros-de-financas-e-representantes-de-bancos-centrais-do-g20">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-durante-a-reuniao-de-sherpas-vice-ministros-de-financas-e-representantes-de-bancos-centrais-do-g20</a>
Declaração à imprensa do presidente Lula após reunião bilateral com o presidente do Egito	15/02/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-a-imprensa-do-presidente-lula-apos-reuniao-bilateral-com-o-presidente-do-egito-abdel-fattah-al-sisi">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-a-imprensa-do-presidente-lula-apos-reuniao-bilateral-com-o-presidente-do-egito-abdel-fattah-al-sisi</a>
Discurso do presidente Lula na 46ª Conferência da Comunidade do Caribe	28/02/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-na-sessao-de-encerramento-da-46a-conferencia-da-comunidade-do-caribe">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-na-sessao-de-encerramento-da-46a-conferencia-da-comunidade-do-caribe</a>
Pronunciamento após reunião bilateral com o presidente da Guiana, Irfaan Ali	29/02/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-do-presidente-lula-apos-reuniao-bilateral-com-o-presidente-da-guiana-irfaan-ali-em-georgetown-na-guiana">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-do-presidente-lula-apos-reuniao-bilateral-com-o-presidente-da-guiana-irfaan-ali-em-georgetown-na-guiana</a>
Declaração à imprensa após visita do presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez	06/03/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-a-imprensa-apos-visita-do-presidente-do-governo-da-espanha-pedro-sanchez">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-a-imprensa-apos-visita-do-presidente-do-governo-da-espanha-pedro-sanchez</a>

Declaração à imprensa por ocasião visita do presidente da França, Emmanuel Macron	28/03/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-a-imprensa-por-ocasio-visita-do-presidente-da-franca-emmanuel-macron">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/declaracao-a-imprensa-por-ocasio-visita-do-presidente-da-franca-emmanuel-macron</a>
Pronunciamento do presidente Lula durante condecoração do presidente francês Emmanuel Macron ao líder indígena Raoni Metuktire	26/03/2024	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-condecoracao-do-presidente-frances-emmanuel-macron-ao-lider-indigena-raoni-metuktire">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-condecoracao-do-presidente-frances-emmanuel-macron-ao-lider-indigena-raoni-metuktire</a>
Discurso na Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global	17/11/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-segunda-cupula-virtual-vozes-do-sul-global">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-segunda-cupula-virtual-vozes-do-sul-global</a>
Discurso na Cúpula Virtual Extraordinária do BRICS	21/11/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-virtual-extraordinaria-do-brics">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-virtual-extraordinaria-do-brics</a>
Pronunciamento na cerimônia de formatura do Instituto Rio Branco	21/11/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-na-cerimonia-de-formatura-do-instituto-rio-branco">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-na-cerimonia-de-formatura-do-instituto-rio-branco</a>
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cúpula Virtual do G20	22/11/2023	<a href="https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-virtual-do-g20">https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-virtual-do-g20</a>
Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil	01/06/2022	<a href="https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/06/documento-diretrizes-programaticas-vamos-juntos-pelo-brasil-20.06.22.pdf">https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/06/documento-diretrizes-programaticas-vamos-juntos-pelo-brasil-20.06.22.pdf</a>
Plano Plurianual 2024-2027 - Mensagem Presidencial	11/01/2024	<a href="https://www.gov.br/planejamento/presidencial-ppa-2024-2027">https://www.gov.br/planejamento/presidencial-ppa-2024-2027</a>

---